

## EFFECTIVIDAD Y (I) RACIONALIDAD

### Las Elecciones Municipales en Brasil (2008-2012)<sup>1</sup>

Gustavo Giora<sup>2</sup> (UFFS)  
gustavo.giora@uffs.edu.br

Vilmar Rubens Graboski<sup>3</sup> (UFFS)  
niko\_rubens@yahoo.com.br

¿Cuán efectivos son los partidos políticos brasileños en las competencias a los gobiernos municipales? ¿Cuáles son los efectos de la dinámica política, sobre todo de la competencia electoral, en su actuación? Para responder a esas preguntas, esta propuesta de ponencia tiene como objetivo analizar los determinantes del desempeño electoral de los partidos políticos brasileños tras las elecciones de 2008 e 2012 a los gobiernos municipales, medidos por indicadores de eficiencia relativa formulados desde el método de análisis envolvente de datos. Las premisas teóricas que fundamentan las hipótesis de esa investigación remontan al debate acerca de las Leyes de Duverger hasta los incentivos de comportamiento electoral en términos económicos. Se aplican testes estadísticos para testear cómo los resultados en disputas anteriores afectan, o no, las competencias futuras. Los resultados sugieren que en parte se verifica cierta racionalidad en las disputas donde las reglas de competencia son vinculadas a la formula *Majority Runoff* (mayoría absoluta), al paso que la racionalidad sobre la formula *Plurality* (mayoría simple) se verifica de forma más atenuada. De otra banda, se perciben resultados inesperados, hasta un cierto punto, sobre la estrategia racional de los partidos en concurrir electoralmente ante los resultados pasados.

**Palabras clave:** Elecciones Municipales; Efectividad Electoral; Racionalidad Política.

---

1 :Trabajo presentado en el Quinto Congreso Uruguayo de Ciencia Política, “¿Qué ciencia política para qué democracia?”, Asociación Uruguaya de Ciencia Política, 7-10 de octubre de 2014);

2 Doutor em Ciência Política (UFRGS), Advogado, Economista, Professor Adjunto I de Ciência Política na Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS);

<sup>3</sup> Graduando em Licenciatura de Ciências Sociais pela Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS);

## 1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho marca o início de uma jornada maior e mais audaciosa. Encontrar uma resposta à pergunta: existe alguma lógica partidária, econômico-racional, procedimental ou sistêmico-dependente para o lançamento de candidaturas ao executivo municipal no Brasil? Neste primeiro momento, inspirados pelo trabalho de Conceição (2014) trazemos à análise os primeiros dados agregados dessa pesquisa juntamente com os primeiros embates e resultados.

Na medida em que há inúmeras pesquisas em nível federal e estadual sobre o sistema eleitoral (NICOLAU, 1996; LIMA JR, 1997; NICOLAU, 1997; TAVARES, 1997), para citar alguns trabalhos, um olhar em âmbito municipal que ultrapasse o estudo de caso sobre as disputas majoritárias ainda é um foco pouco coberto pela literatura. Outros autores buscam a melhor análise tendo como objeto as candidaturas, esse foco é uma ferramenta heurística já utilizada para esses casos de competição eleitoral ao Executivo (SHUGART; CAREY, 1992, COX, 1997).

Autores como Conceição (2014) levantaram as hipóteses de que a fórmula eleitoral de *Plurality* nas eleições de turno único conduz a um dualismo de forças em disputa, sendo um forte redutor da competição. E de outro lado, a fórmula eleitoral de *Majority Runoff* nas eleições com dois turnos tende realmente a um aumento no número efetivo de candidaturas. Essas duas hipóteses englobam o corpo teórico das leis de Duverger, mas com resultados não mais do que razoáveis.

Por isso, queremos nesta primeira mostra, apresentar nossas conclusões iniciais sobre parte de nossa base de dados colhida junto ao TSE (Tribunal Superior Eleitoral). Para isso, nos valem de alguns testes estatísticos capazes de apresentar elementos como os índices de eficiência em decorrência da participação dos partidos políticos nas eleições municipais de 2008 e 2012.

Para tanto, iniciamos discorrendo acerca de algumas das teorias que embasam nosso trabalho (DOWS, 1999; TSEBELIS, 1998 e DUVERGER, 2003). Mais do que mera revisão bibliográfica, o tópico inicial tenta, de forma bastante singela, demarcar o campo conceitual sobre o qual trataremos de concluir nosso intento. Certamente o leitor mais desavisado perceberá apenas uma discussão teórica mais limitada, contudo aquele mais atento fará as devidas vinculações temáticas quando da verificação dos dados.

Parece bastante claro que a decisão entre concorrer como cabeça de chapa ou coligar depende muito mais de uma relação local do que de uma orientação nacional do partido. Apesar disso, queremos com esse estudo que agora inicia, apontar para outros efeitos de que parecem estar mais ligados à efetividade de cada partido do que com as regras eleitorais.

Ou seja, trataremos que analisar as eleições municipais brasileiras por seus *outputs*, e como esses se manifestam globalmente na estratégia dos partidos.

## 2. LEIS DE DUVERGER VS EXPECTATIVAS DOWSIANAS

As características de um sistema político marcam profundamente a democracia de um país. As eleições e o sistema partidário se constituem em dimensões essenciais para que se sustente um regime democrático e avance o seu processo de consolidação (DAHL, 1997). As relações entre sistema eleitoral e sistema partidário merecem atenção quando o objetivo se trata da compreensão das influências que o primeiro exerce sobre a configuração mais ampla do sistema partidário, o número de partidos e no relacionamento entre partidos.

Maurice Duverger em seus estudos sobre partidos políticos analisou o impacto do sistema eleitoral sobre o sistema partidário. A tese central é a de que a fórmula eleitoral adotada pelos países interfere na dinâmica política. Nesse sentido, suas proposições, mais conhecidas como as leis de Duverger, apontam para o fenômeno no qual, um sistema eleitoral de Plurality (maioria simples) tende a conduzir ao bipartidarismo e um sistema eleitoral Majority Runoff (maioria absoluta) tende a conduzir ao multipartidarismo (DUVERGER, 1970).

Tomemos como exemplo o sistema de maioria simples a partir do qual Duverger aponta dois efeitos decorrentes deste sistema eleitoral, o primeiro de ordem mecânica e o segundo de ordem psicológica. Primeiramente o efeito de ordem mecânica, que apena os partidos no sentido de que os não vitoriosos no processo eleitoral estarão em uma condição de sub-representação, ou seja, não terão influências nas decisões do governo nem possibilidades de alianças. O sistema de maioria simples requer apenas uma rodada nas eleições, então a competição nesse modelo implica que os partidos com o menor número de votos obtidos nas eleições encontram uma barreira imposta pela própria

lógica do sistema eleitoral, pois o que lhes resta é ser partido de oposição sem exercer influência direta no governo eleito para exercer o mandato e controlar o aparato governamental, não há portanto, possibilidades de negociações com outros partidos.

Em segundo lugar, há o efeito de ordem psicológica, pois do ponto de vista do eleitorado, ao perceber em sucessivas eleições que o partido ao qual estes depositam seus votos não alcança o objetivo ao qual se propõe, então a tendência é de que ele sob a condição de não se sentir representado e nem alcançar o status de oposição relevante repensará sua ação depositando sua confiança em um partido no qual tenha reais possibilidades de êxito e assim se reforça a tendência da competição entre dois partidos. Em síntese quer dizer que uma sequência de maus resultados elevaria a tendência dos partidos menores se eximirem do lançamento de candidaturas tendo em vista a baixa probabilidade de sucesso.

No sistema de maioria absoluta com segundo turno apenas os dois candidatos mais votados seguem para a segunda etapa da competição eleitoral, ao passo que aos partidos que obtiveram menor número de votos caberia a realização de coligações com os dois mais votados e assim se ampliam as possibilidades deste partido compor o governo. A partir destas colocações se conclui que mesmo que não alcancem o objetivo maior de vencer as eleições alcançando a maioria absoluta, os partidos políticos podem adaptar seus interesses dentro da lógica do segundo turno, ou seja, diferentemente do sistema de maioria simples, não há uma barreira que conduz diretamente a uma condição de sub-representação. Com maiores chances dos partidos obter algum êxito, proporcionado pela própria dinâmica do processo, a tendência é que esse sistema tenda ao multipartidarismo.

De seu turno, as teorias da escolha racional procuram dar conta da análise dos sistemas políticos a partir do conceito de racionalidade. Anthony Downs na obra “Uma Teoria Econômica Da Democracia” tinha como objetivo evidenciar, através de um modelo de análise, que há uma regra comportamental concernente ao governo democrático. Seu ponto de partida estava no conceito de racionalidade, análogo à racionalidade da teoria econômica clássica, pressupondo que os agentes no campo da política têm comportamentos idênticos aos do campo da economia, ou seja, os indivíduos buscam maximizar seus interesses pessoais, os benefícios

Se na teoria econômica isso implica em que as empresas maximizam os lucros, assim como os consumidores maximizam a utilidade, no campo da política significa dizer que os partidos políticos têm por objetivo maximizar os votos, e os eleitores buscam maximizar seus benefícios analisando racionalmente seus ganhos em relação aos partidos que disputam o poder (DOWNS, 1999).

As eleições em uma democracia têm por excelência a finalidade de eleger um governo e portanto, um comportamento racional será exatamente aquele orientado para tal finalidade e nenhum outro. Esta asserção está ligada a necessidade de se conhecer os fins que os agentes buscam para que a partir desta evidência o pesquisador possa analisar se seu comportamento é racional, portanto, a racionalidade tem um caráter instrumental e está vinculada à ideia de eficiência quanto aos meios utilizados para atingir o objetivo, a racionalidade é então compreendida como a correspondência existente entre os meios e os fins, isto aplicado aos estudos dos partidos políticos.

O modelo de análise proposto por Downs (1999) considera a necessidade de estabilidade como fundamental para a sua aplicação, pois a avaliação tanto por parte dos partidos quanto dos eleitores somente pode ocorrer de maneira eficiente em um cenário no qual se mantenha um ordenamento, um grau de previsibilidade mínimo. De outro modo a variação constante das regras obscureceria a capacidade analítica dos indivíduos. Nesse sentido, o governo deve ser responsável pela estabilidade política, assegurando que as bases da democracia sejam garantidas, como por exemplo, as eleições periódicas, a garantia dos direitos individuais e a liberdade de expressão, em suma, os pressupostos da democracia liberal.

O postulado da racionalidade afirma que os agentes devem maximizar seus *payoffs* em um determinado quadro de possibilidades, de outra forma o comportamento seria considerado não-racional. George Tsebellis em sua teoria dos jogos ocultos introduz o conceito de “jogos em múltiplas arenas” a partir do qual procura dar conta da problemática referente às escolhas dos agentes e da análise realizada pelo pesquisador, sem abandonar o princípio da racionalidade. Quando as escolhas dos agentes representam uma escolha subótima, em que os ganhos não foram os melhores possíveis, dir-se-ia que há um componente de irracionalidade ou de uma estratégia não eficiente.

Segundo Tsebellis (1998) as escolhas subótimas em verdade seriam apenas aparentes, o que há de fato é uma discordância entre as ações do agente e a análise do observador. As possibilidades de explicação emergem da suposição de que o agente de fato não maximizou seus *payoffs* ou então o observador não considerou a totalidade do jogo, ou seja, o conjunto dos jogos que estariam sendo jogados. No caso específico do agente a explicação de uma escolha subótima decorre da impossibilidade de se escolher racionalmente, mas isso não seria relevante para a análise dos fenômenos políticos. Em segundo lugar, o agente teria cometido um erro, porém esse fato não pode se repetir com frequência, será esperado que o agente corrija seu comportamento. Quanto a avaliação daquele que observa;

Há também dois casos em que o observador pode não reconhecer o curso racional da ação. Primeiro, o observador comete um erro, pensando que a ação ótima é  $A^1$ , quando não é. Segundo, o observador pensa que o conjunto de ações possíveis se limita a  $A^1$ , quando não é o caso – pode haver algumas outras opções, inclusive alguma melhor que  $A^1$ . (TSEBELIS, 1998, p.22)

A abordagem da teoria dos jogos ocultos afirma que se a escolha dos agentes não representa uma estratégia ótima mesmo que haja um conjunto adequado de informações em posse do agente é necessário o tratamento do fenômeno a partir da inserção deste nas múltiplas arenas, em outras palavras não se deve admitir um componente não-racional sem o enfrentamento do fenômeno inserido em uma rede ou teia de jogos.

### 3. ANÁLISE DOS DADOS RELEVANTES

Como já referido, ainda que as decisões dos partidos tomadas individualmente em cada município, provavelmente só possam ser analisadas a partir de estudos de caso (o que demandaria mais de cinco mil estudos próprios) impedindo que se formule qualquer modelo preditivo, partiremos das seguintes premissas gerais:

- a) O objetivo dos partidos políticos é ganhar eleições;
- b) Candidaturas próprias envolvem maiores custos econômicos;
- c) Um partido político apenas renuncia a cabeça de chapa em eleição majoritária municipal quando acredita que suas chances de vitória própria são menores do que se coligado;

Ainda assim, não estaremos negligenciando o fato de que alguns partidos lançam candidatos mesmo sabendo de que suas chances são mínimas, senão nulas, mas isso será abordado em capítulo próprio do seguimento do estudo.

Tendo em vista o caráter introdutório deste trabalho para o estudo de fundo a que nos propomos, começaremos pela análise da efetividade dos partidos políticos nas eleições municipais brasileiras de 2008 e 2012.

Para além da rasa verificação de quantas vitórias nominalmente cada partido obteve, trataremos de analisar a efetividade deles. Aqui entenderemos efetividade como a quantidade de disputas em que o partido X se envolveu em relação com o número de vitórias que obteve.

Basicamente temos:

$$Ef(x) = \sum V(x) / \sum D(x);$$

Onde  $\sum D(x)$  é o somatório de vagas em disputa pelo partido (x), e  $\sum V(x)$  é o somatório das vitórias do partido (x).

O índice de Eficiência mede em que extensão as candidaturas dos diversos partidos logram êxito. Os resultados são apresentados sempre entre 0 (zero) e 1 (um) onde zero indica que o partido não venceu nenhuma das disputas em que se apresentou como cabeça de chapa e 1 (um) indica que o partido venceu todas as disputas para as quais concorreu sozinho ou como partido líder da coligação.

A partir dessa medição, passamos a analisar um balizador. Tendo em vista que para as eleições municipais de 2008 o Índice Médio de Eficiência pode ser calculado em 0,365 para ambas as eleições (2008 e 2012)<sup>4</sup>. Analisemos os partidos com elevada taxa de Eficiência Eleitoral (*Ef*).

Dessa primeira verificação destacamos que os partidos mais tradicionais se destacam. Em especial O Partido Progressista (PP) que aparece com um índice de eficiência de 0,45 em 2008 e o mantém estável em 2012 (0,44). Isso se dá em uma

---

<sup>4</sup> Mais precisamente a Taxa média de Eficiência para a eleição de 2008 pode ser calculada em 0,36495 ao passo que a de 2012 alcançou 0,36485, dados que permitem o arredondamento proposto.

perspectiva de redução do número de vitórias do partido (549 em 2008 para 471 em 2012), ao mesmo tempo em que diminuiu o número de candidaturas totais do partido (1.203 em 2008 para 1.075 em 2012). Disso acreditamos que uma leitura razoável seja a verificação de que houve uma leitura atomizada por parte dos dirigentes do partido de que não sairiam vencedores em muitas cidades, fazendo com que coligassem ao invés de disputar a eleição como testa de chapa.

TABELA 1  
Índices de Eficiência Partidária nas eleições de 2008 e 2012  
(Alta Eficiência)

Partido	Eleição 2008	Eleição 2012
PP	0,45	0,44
PMDB	0,45	0,45
PSDB	0,44	0,43
PSD	N/A <sup>5</sup>	0,45
PTB	0,41	0,36
DEM	0,40	0,38
PDT	0,36	0,37
PSB	0,35	0,42
PT	0,34	0,35

Fonte: TSE, dados processados pelos autores.

Como já observamos é exatamente a partir dessas decisões atomizadas, sem uma coordenação geral em princípio, partindo de cada colégio eleitoral municipal que aparecem os resultados agregados.

Contudo, como percebemos da análise para além da tabela, o Partido Progressista, em que pese tenha mantido estável sua eficiência eleitoral, em termos de vitórias próprias em relação com as candidaturas que ofereceu, ofertou menos candidatos próprios e venceu menos disputas. Para agregar aprimorar essa verificação buscamos corrigir o Índice de Eficiência Partidária pela magnitude do número de vitórias eleitorais sobre o número de vagas em disputa, indicando a Eficiência Relativa.

<sup>5</sup> O Partido ainda não existia.



De onde temos que:

$$Efr(x) = [Ef(x) / \{\sum V(x) / \sum D(t)\}];$$

Onde  $\sum D(t)$  é o somatório de vagas em disputa, e  $\sum V(x)$  é o somatório das vitórias do partido (x).

Nessa dupla verificação, da qual a primeira é o esteio mais qualificado, podemos avaliar que existe uma dicotomia em termos de eficiência partidária no que tange os resultados eleitorais. Hipoteticamente um partido que decida concorrer apenas em um município e ganhe esta disputa teria um Eficiência de 1 (um). A fim de melhor correlacionar os dados, devemos operar um corretor que envolva a magnitude, ou seja, o número de vitórias de cada partido.

Notemos que não é possível uma análise que não seja conjunta dos dois tipos de Eficiência, o Absoluto e o Relativo. Temos, inexoravelmente que fazer a verificação em conjunto. Disso temos a Tabela 2 onde os dados apresentam a Eficiência Relativa para os partidos de Alta Eficiência nas eleições de 2008 e 2012.

TABELA 2  
Índices de Eficiência Partidária Relativa nas eleições de 2008 e 2012  
(Alta Eficiência)

Partido	Eleição 2008	Eleição 2012
PP	4,59	5,12
PMDB	2,09	2,44
PSDB	3,11	3,41
PSD	N/A <sup>6</sup>	0,30
PTB	5,50	7,64
DEM	4,48	7,56
PDT	5,64	5,60
PSB	6,27	5,37
PT	3,39	3,10

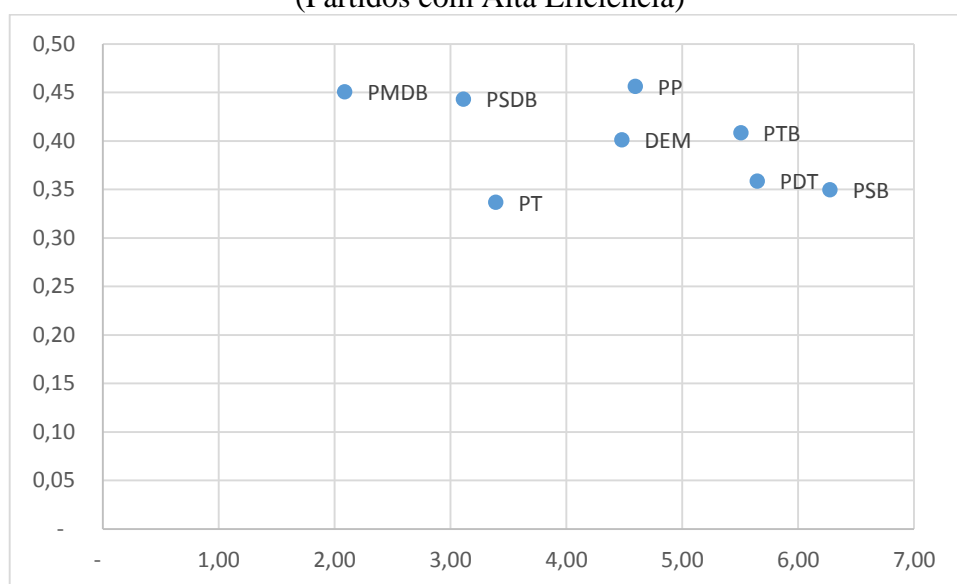
Fonte: TSE, dados processados pelos autores.

<sup>6</sup> O Partido ainda não existia.

Importante ressaltar que a Eficiência Relativa opera de forma diversa em termos numéricos. Ou seja, quanto menor for o valor resultante da equação modelo melhor será a Eficiência Relativa referente àquela Eficiência data em certa eleição.

Disso decorre que nos gráficos abaixo, temos o cruzamento da Eficiência no eixo vertical ao passo que a Eficiência Relativa está representada pelo eixo horizontal. Por isso a quanto mais à esquerda e mais acima da área de plotagem estiver o partido, mas eficiente ele se apresentou naquela eleição.

GRÁFICO 1  
Índices de Eficiência Partidária e Eficiência Relativa nas eleições de 2008  
(Partidos com Alta Eficiência)



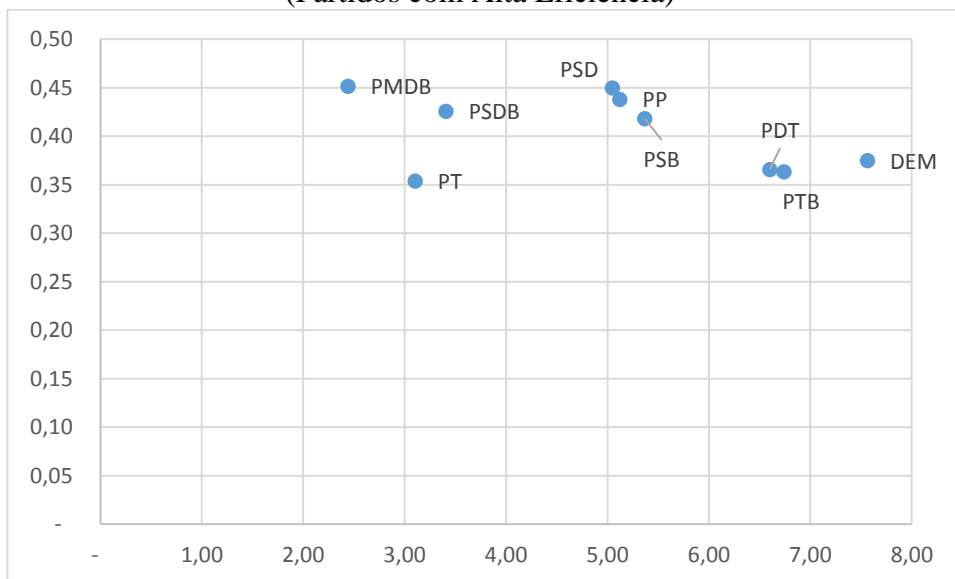
Fonte: TSE, dados processados pelos autores.

Das verificações do Gráfico 1, temos que nas eleições de 2008 o PMDB se apresentou como o partido mais Eficiente eleitoralmente. Com 0,45 de índice de eficiência o partido venceu aproximadamente 45% das eleições que disputou como frente de coligação ou concorrendo sozinho. Mais, como participou em mais de duas mil campanhas nessa condição, a Eficiência Relativa apontou 2,09, indicando que o partido é Eficiente em larga escala.

Quando verificamos os dois partidos que lideram uma espécie de falso bipartidarismo (em eleições nacionais) notamos que nas eleições de 2008 o PSDB foi mais eficiente que o PT. Em especial no que diz respeito às vitórias eleitorais, pois o PSDB concorreu diretamente em 146 pleitos municipais a mais na condição de líder de coligação ou sozinho, mas a diferença em número de vitórias foi de 238.

Já o PP que apresenta a melhor eficácia eleitoral entre os partidos de alta eficiência nas eleições de 2008, pode ser apontado como um partido que vence muitas das eleições em que concorre (aproximadamente 46% delas), mas de seu turno é um partido que concorre sozinho ou como líder de coligação em poucas eleições, por isso sua colocação alta no eixo vertical e mediana no eixo horizontal.

GRÁFICO 2  
Índices de Eficiência Partidária e Eficiência Relativa nas eleições de 2012  
(Partidos com Alta Eficiência)



Fonte: TSE, dados processados pelos autores.

No que refere as eleições de 2012 o que se percebe é que nesses partidos é que o PP deixa de ser o partido mais eficiente eleitoralmente (passa a vencer em 44% das disputas), superado pelo PMDB (45%) e pelo PSD (45%), mas o que é mais importante sua Eficiência Relativa cai bastante (de 4,59 para 5,12). Isso indica que, se de um lado a Eficiência Eleitoral pode ser percebida até como estável, o partido passou a disputar e a vencer menos eleições.

Já o PMDB segue com a mesma eficiência vista em 2008, agora em 2012, mas relativamente, assim como o PP, acabou perdendo espaço ao disputar e vencer menos eleições em 2012 do que em 2008. O dado decomposto apresenta 2.648 candidaturas em 2008 frente 2.254 em 2012. Da mesma forma, para 2008 foram eleitos 1.194 peemedebistas contra 1.018 em 2012.

Para os partidos que dominaram o cenário eleitoral nacional nos últimos anos o que se apresenta dos gráficos é um ganho de Eficiência do Partido dos Trabalhadores

tanto em termos absolutos como relativos. Ou seja, além de ganhar proporcionalmente mais disputas (ainda que o número possa indicar também uma certa estabilidade), o certo é que este patamar de eficiência que ronda os 35% das disputas foi espreado para mais municípios. Em conclusão, ganhou mais, pois concorreu mais, mas manteve a mesma proporção de vitória sobre o número de disputas.

Quando comparamos com o PSDB o que se verifica é o contrário. Ainda que da mesma forma a Eficiência Eleitoral se mantenha (vencendo 45% das disputas), a Eficiência Relativa nos indica que esta proporção ocorre menos do que em 2008. O que vai confirmado no dado desagregado onde o partido se apresenta sozinho ou como líder de coligação em 160 municípios a menos e vende 99 pleitos a menos em comparação com as eleições de 2012.

Com isso, apresentamos nossos primeiros dados compilados. Ainda que não tenham poder preditivo (e não deveriam ter), eles são indicadores razoáveis de certas expectativas. Por certo não refletem o contexto capaz de gerar um modelo como o que estamos engajados em tentar propor, mas, como tido antes, são o primeiro passo para uma nova abordagem. Uma elucubração baseada nos *outputs* eleitorais e com um viés que se pretende mais dowsiano e menos duvergeriano, mais racional-econômico e menos procedimental dependente.

#### 4. PRIMEIRAS VERIFICAÇÕES

Certamente que cada município é um caso diferenciado. Aspectos cotidianos de cada localidade influenciam diretamente uma eleição. Mas em mais de cinco mil casos, é bastante provável, e desafiador, encontrar um modelo ou método capaz de aprimorar os modelos de predição sobre os partidos atualmente em voga. Não cremos que uma abordagem de que o ambiente político local supere as normas institucionais colocadas na competição eleitoral. Muito menos que não existam condicionantes racionais operando por dentro das expectativas gerais. Pois qualquer classe política institucionalizada tem o mesmo interesse frente ao seu eleitorado: vencer eleições (DOWNS, 1999; MAINWARING, 2001).

Mainwaring (2001) percebeu um incentivo para busca do cargo público local, pois “para ter poder no partido nacional, é preciso ser poderoso em seu próprio estado de

origem. A carreira dos políticos brasileiros depende em grande medida do que acontece no nível local” (MAINWARING, 2001, p.309).

Não vamos discordar que o agregado das explicações locais seja inviável para uma análise mais completa (COLLOVALD; SAWICKI; HEURTIN, 1989). ainda que difícil, o fato é que, aceitando esta premissa, teríamos de realizar mais de cinco mil estudos de caso em todo o território nacional a cada quatro anos. Por isso as hipóteses modelistas nos chamam a atenção. Por isso também não admitiremos que uma análise com ênfase na influência das regras institucionais, resolva a questão de modo melhor.

Ainda que os trabalhos com viés institucional tenham uma capacidade de generalização muito superior ao estudo de caso, não nos parece que seja a única explicação capaz de operar esta generalização típica dos modelos econômicos e das hipóteses apresentadas do DOWS (1999). A evidência empírica que traz a análise local sobre conjecturas teóricas geralmente aplicadas a casos nacionais é algo a ser mais explicitado, uma vez que os resultados obtidos na esfera local podem corroborar ou refutar evidências encontradas na esfera nacional (SAWICKI, 1988).

## 5. CONSIDERAÇÕES

Certamente os dados e correlações iniciais nos mostram um caminho a seguir, ainda que árduo e com resultados duvidosos em seu epílogo, tentamos construir uma alternativa à limitada verificação de casos e à ideia de que o sistema eleitoral é um indicador razoável e definidor das estratégias. Acreditamos que seja possível trabalhar um uma hipótese de expectativas construída sobre o *output* eleitoral. Nesse sentido trabalharíamos com uma explicação eleitoral *ex post* (resultados e expectativas) sobre o modelo de explicação *ex ante* determinado pelo sistema eleitoral.

Não queremos, contudo, invalidar nem os trabalhos de estudo de caso, nem os voltados às verificações de sistemas. Acreditamos que é possível a construção de uma explicação dowsiana do comportamento eleitoral agregado dos partidos políticos brasileiros em eleições municipais. Sobretudo pois acreditamos na construção de um modelo razoável que, aliado aos outros dois métodos explicativos, seja uma contribuição ao estudo da Ciência Política.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Collovald, A; Sawicki, F; Heurtin, J. (1989) *A propos des élections municipales. La définition d' « une » élection.* IN: Politix. Vol. 2, nº 7-8. Octobre - décembre, p.139-150.

Colomer, J. (2003) *Son los partidos los que eligen los sistemas electorales (o las leyes de Duverger cabeza abajo).* Revista Española de Ciencia Política. Núm 9, Octubre, p.39-63, 2003.

Conceição, B. (2014), *Competição Eleitoral No Brasil: Análise da influência da fórmula eleitoral nas disputas majoritárias municipais (2008-2012).* Tese de Doutorado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Cox, G. (1997) *Making Votes Count: Strategic Coordination in the World's Electoral Systems.* Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

Dahl, R. (1997). *Poliarquia: Participação e Oposição.* Tradução de Celso Mauro Paciornik. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.

Downs, A. (1999) *Uma Teoria Econômica da Democracia.* São Paulo: Edusp.

Duverger, M. (1970) *Os Partidos Políticos.* Rio de Janeiro: Zahar.

Duverger, M. (2003) *Duverger's Law: Forty years later.* In: GROFMAN, B; LIJPHART, A. Electoral Laws and their Political Consequences. New York: Agathon Press.

Lijphart, A. (2008) *Modelos de Democracia: desempenho e padrões de governo em 36 países.* Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira.

Lima Jr, O. (1997) *O Sistema Partidário Brasileiro.* Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas.

Mainwaring, S. (2001) *Sistemas Partidários em novas democracias – o caso do Brasil.* Rio de Janeiro, Editora FGV.

Melo C. (2007). *Nem tanto ao mar, nem tanto a terra. Elementos para uma análise do sistema partidário brasileiro.* In: MELO, C.R; SÁEZ, M. A(Orgs). A Democracia Brasileira: balanços e perspectivas para o século 21. Belo Horizonte: Ed. UFMG.

Nicolau, J. (1996) *Multipartidarismo e Democracia: um estudo sobre o sistema partidário brasileiro.* Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas.

Nicolau, J. (1997) *Notas sobre os quatro índices mais utilizados nos estudos eleitorais.* In: LIMA JR, Olavo Brasil de. O Sistema Partidário Brasileiro. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas.

Nicolau, J. (2012) *Eleições no Brasil: do Império aos dias atuais.* Rio de Janeiro: Editora Zahar.

Peres, P. (2009) *Revisitando a “Teoria Geral” dos Partidos Políticos de Maurice Duverger*. Revista Brasileira de Informações Bibliográficas em Ciências Sociais ANPOCS. Nº68, 2º Semestre, pp. 17-58.

Sawicki, F. (1988) *Questions de recherche : pour une analyse locale des partis politiques*. IN: Politix. Vol. 1, nº 2. Printemps, p.13-28.

Shugart, M; Carey, J. (1973) *Presidents and Assemblies. Constitutional Design and Electoral Dynamics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.

SOARES, Gláucio. *Sociedade e Política no Brasil*. São Paulo: Difusão europeia do livro.

Tavares, J. A. (1997) *Rio Grande do Sul: o sistema partidário eleitoral e parlamentar*. In: LIMA JR, Olavo Brasil de. *O Sistema Partidário Brasileiro*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas.

Tsebellis, G. (1998). *Jogos Ocultos: Escolha Racional no Campo da Política Comparada*. São Paulo: Universidade de São Paulo.